

Deputado ausente será punido hoje

Brasília — O presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), assinou ontem ato estabelecendo que, a partir de hoje, todos os deputados devem registrar sua presença no painel eletrônico do plenário, sob pena de sofrerem descontos em seus salários. E o desconto não será pequeno, já que um dia de ausência representará uma perda de NCz\$ 340,00 (o salário mensal com o novo aumento chega a NCz\$ 10.215,00), quase três vezes, o salário mínimo proposto pelo Congresso para junho, que é de NCz\$ 120,00.

O painel eletrônico estará iluminado para registro de presença das 18 às 16 horas, diriamente, segundo explicou Paes de Andrade. Para evitar que os parlamentares registrem presença e se afastem da casa, para efeito de desconto nos salários terá prioridade sobre o registro no painel eletrônico eventuais solicitações de verificação de "quo-

rum" (que podem ser feitas por qualquer deputado) por ocasião de votações de projetos. O deputado que estiver ausente nesse momento sofrerá o desconto, mesmo que seu nome tenha sido registrado no painel. Aquele que faltar durante toda a semana perderá também a parte do vencimento que corresponde ao fim da semana e eventual feriado.

Unanimidade

Até ontem, a presença dos deputados era registrada nas portarias da Câmara e de seus anexos, por funcionários da casa. Segundo Paes de Andrade, o ato que assinou ontem teve o apoio unânime dos líderes de partidos. O presidente da Câmara argumentou que a presença dos parlamentares é ainda mais necessária no momento em que há necessidade de aprovação urgente do novo regimento interno (sobre o qual ainda não há consenso) e de aprovação de 380 leis complementares à Constituição. A elaboração

e aprovação rápida dessas leis faz parte também, da campanha do candidato do PMDB à Presidência, Ulysses Guimarães.

Paes de Andrade disse ontem que, a partir da próxima semana, deverá, junto com os líderes de partidos, estabelecer prioridades para votação das leis complementares, "porque a falta delas, em outras constituições, abriu espaços para que fossem desrespeitadas e inclusive derivassem em rupturas de golpes de estado". Até hoje, no entanto não havia recebido nenhum pedido por parte dos parlamentares, para que o recesso de julho seja adiado (como chegou a ser levantado por alguns deputados) de modo que as leis sejam aprovadas antes do fim do primeiro semestre do ano e da intensificação da campanha para as eleições presidenciais de 15 de novembro, que fatalmente afastará os parlamentares do Congresso.